

Tópico: RBC e o Trabalho (questões éticas, políticas e empíricas relacionadas aos mercados laborais formais e informais).

Título: MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: EVOLUÇÃO RECENTE, DESAFIOS E COMBATE À POBREZA

Clemente Ganz Lúcio¹
Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça²

1. Um novo patamar de crescimento econômico

Ao longo das décadas de 80 e 90, a economia brasileira conviveu com baixas taxas de crescimento. Naquele período, o pensamento dominante apontou para a “maldição” do desemprego como uma fatalidade de nosso padrão de desenvolvimento recente. Complementarmente, a visão sobre o “fim dos empregos” - leia-se empregos formais - influenciou fortemente o debate público, em linha com a interpretação hegemônica no mundo desenvolvido.

Coerente com estas visões, as políticas públicas desenhadas para enfrentar os desafios do mercado de trabalho brasileiro na década anterior foram marcadas, em sua maioria, pelos programas de qualificação profissional. A leitura subjacente atribuía aos indivíduos a responsabilidade pela superação de seu infortúnio - o desemprego. *“Estude e se qualifique por sua própria conta que você encontrará uma oportunidade no mercado de trabalho”*, esse foi o lema recorrente do debate.

Essa visão fatalista e paralisante começou a mudar com a retomada do crescimento econômico na atual década, notadamente a partir de 2004.

¹ Sociólogo, Diretor Técnico do DIEESE, membro do CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, do Observatório da Equidade e do Conselho de Administração do CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.

² Economista, Assessor da Direção Técnica do DIEESE.

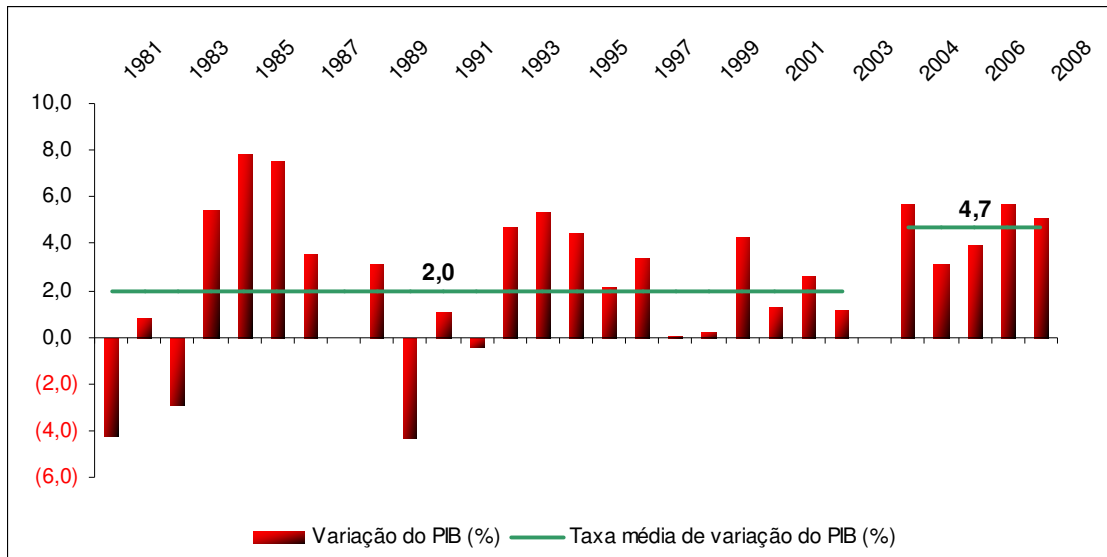
Inicialmente estimulado pela demanda externa, o crescimento rapidamente foi internalizado a partir de 2005, ancorado na expansão do mercado interno que, por um lado, beneficiou-se do forte crescimento do conjunto da massa de rendimentos, tanto dos trabalhadores da ativa quanto dos aposentados. De outro lado, as políticas de valorização do salário mínimo, de transferência de renda (Bolsa Família), de oferta de crédito (em especial do crédito consignado) e a retomada dos investimentos privados e públicos (PAC e estatais) também foram fatores que influenciaram decisivamente esse salto no patamar de crescimento.

O objetivo deste artigo é acompanhar a mudança do mercado de trabalho nos últimos anos, mostrando a evolução de seus indicadores mais importantes, a saber: nível de ocupação e emprego, desemprego, formalização na contratação e massa de rendimento real. Pretende-se, também, debater em que medida a dinâmica mais favorável do mercado de trabalho, associada às políticas públicas - em especial a de valorização do salário mínimo negociada com as centrais sindicais - teve impactos positivos sobre a inclusão pelo trabalho e a redução da pobreza.

2. Crescimento da economia e impactos no mercado de trabalho

A partir de 2004, a economia do Brasil vem vivenciando expressivas transformações. O patamar de crescimento mudou, atingindo 4,7% a.a. em média no último quinquênio encerrado em 2008. Comparado ao crescimento médio de 2,0% do período entre 1980 e 2003, a taxa de crescimento mais que duplicou.

Gráfico 1
Taxa de Variação do PIB
Brasil – 1981/2008



Fonte: Ipea. Ipeadata
Elaboração: DIEESE

Mais ocupação e formalização

O mercado de trabalho brasileiro reagiu positivamente a esse novo cenário, mostrando sucessivas melhoras desde 2004. Apenas em 2009, como reflexo da crise internacional, houve uma curta interrupção nessa trajetória de avanços.

Além de criar mais empregos, as informações apontam para uma inversão completa no processo de formalização do mercado de trabalho brasileiro. Nos últimos 11 anos, de cada 10 ocupações criadas, entre sete e oito foram empregos formais. Na década de 1990, a dinâmica de geração de novas ocupações foi muito diferente, indicando que entre duas e três ocupações, em cada dez, eram formais.

Tabela 1
Estimativa da ocupação, empregos formais e saldo
Regiões metropolitanas e Distrito Federal – 1998 a 2009

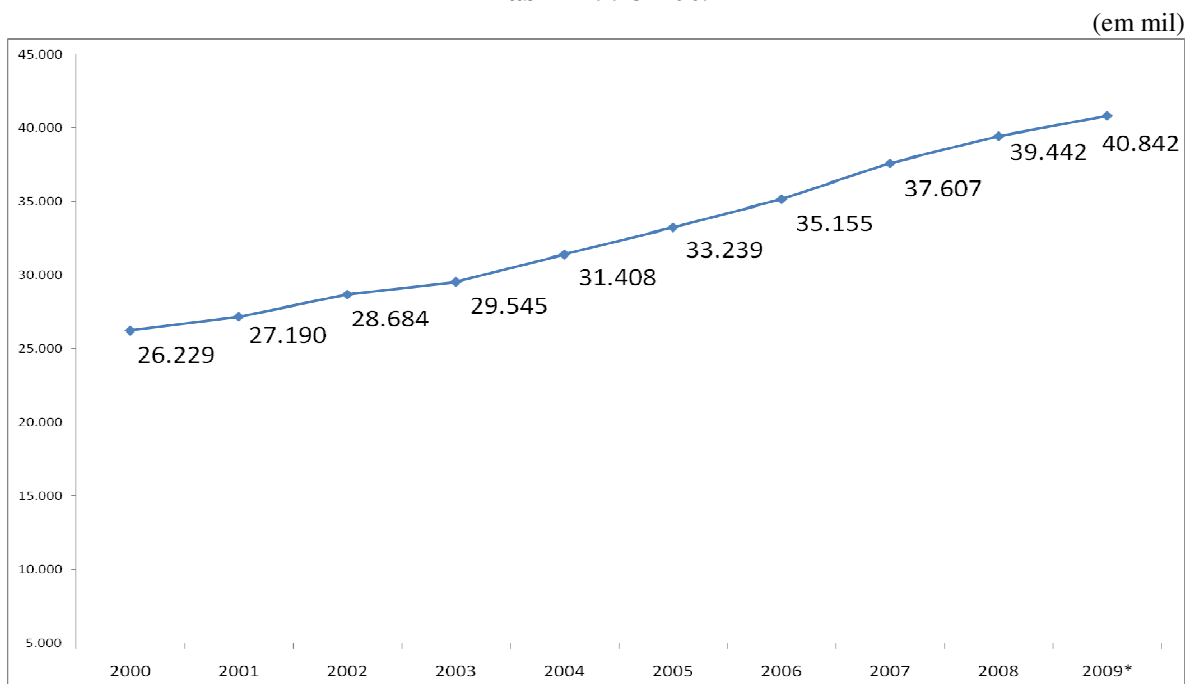
Ano	Total	Formal ⁽¹⁾	Outros
1998	12.978	6.573	6.405
1999	13.136	6.532	6.604
2000	13.765	6.790	6.975
2001	14.070	7.061	7.009
2002	14.283	7.126	7.157
2003	14.366	7.214	7.152
2004	14.844	7.501	7.343
2005	15.313	7.918	7.395
2006	15.732	8.374	7.358
2007	16.260	8.813	7.447
2008	17.036	9.474	7.562
2009	17.155	9.762	7.393
Saldo			
2009-1998	4.177	3.189	988

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
 Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Formal é soma dos ocupados com carteira de trabalho assinada no setor privado e dos empregados no setor público.

Complementarmente, as informações da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), registro administrativo sobre o emprego formal mantido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), indicam que, entre 2003 e 2009, foram criados mais de 12 milhões de empregos com carteira assinada ou estatutários do setor público (Gráfico 2).

Gráfico 2
Evolução do estoque do emprego formal
Brasil - 1998-2009



Fonte: MTE.Rais

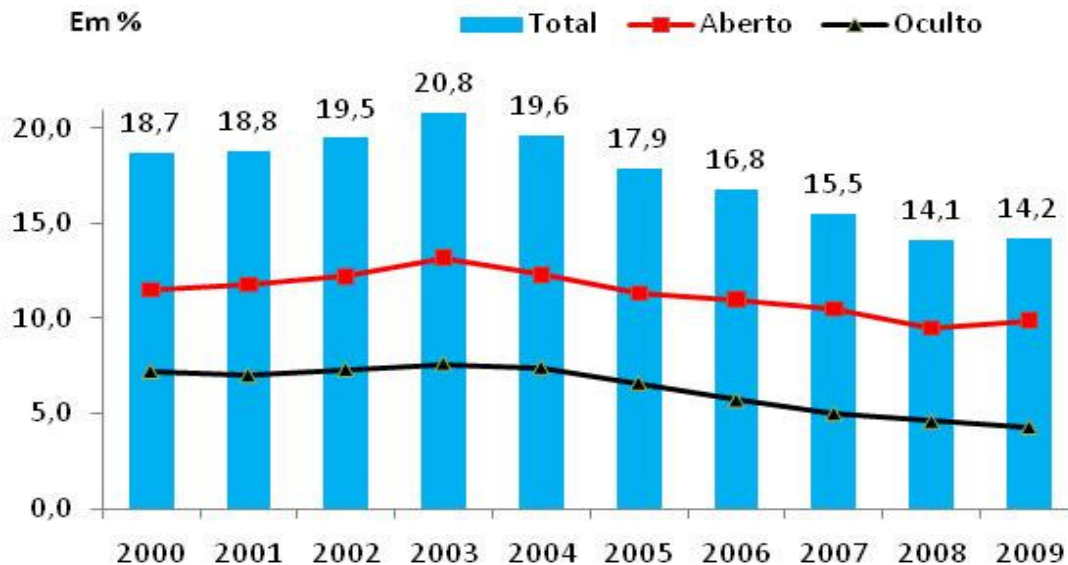
Elaboração: DIEESE

Nota: * Estimativa

Queda do desemprego

A ocupação teve forte impacto na taxa de desemprego metropolitana que diminuiu de 20,8%, em 2003, para 14,2%, em 2009 (Gráfico 3). Diminuíram seus dois componentes, o desemprego aberto e o desemprego oculto. Esse ponto permite inferir que as oportunidades de novas ocupações não só permitiram que as pessoas que estavam apenas à procura de trabalho fossem absorvidas (desemprego aberto), como também encontrassem trabalho aqueles que combinavam procura por trabalho e realização de algum bico (desemprego oculto pelo trabalho precário). O mesmo ocorreu com a parcela dos trabalhadores desempregados que se encontrava desalentada (desemprego oculto pelo desalento).

Gráfico 3
Taxa de Desemprego Total
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2000-2009



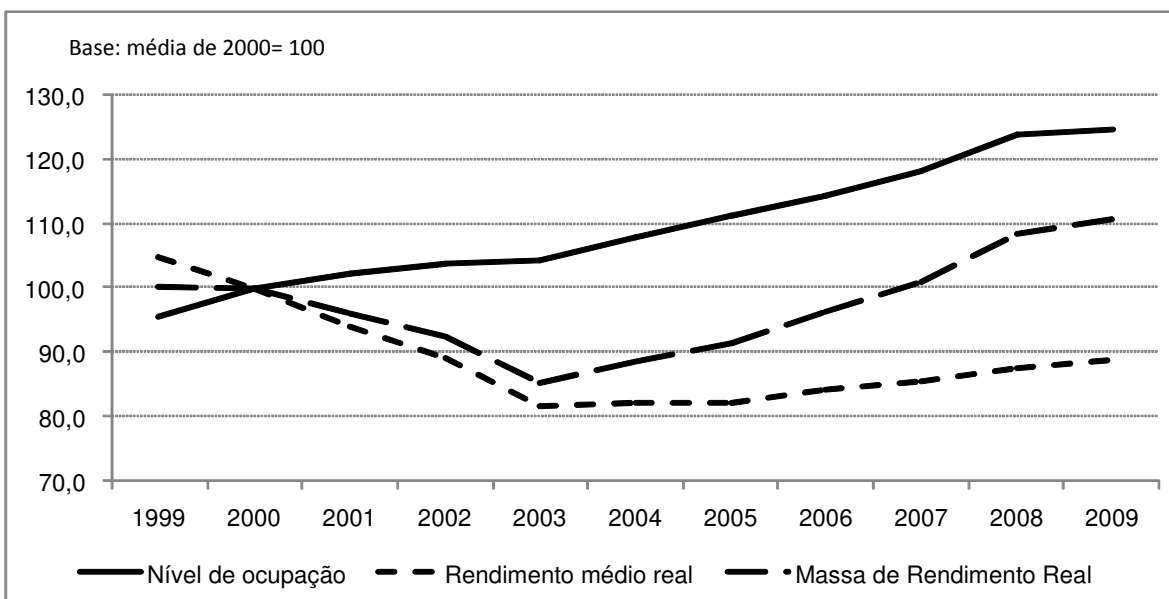
Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Aumento dos rendimentos

A análise dos rendimentos médios do trabalho do conjunto dos ocupados e dos assalariados aponta uma discreta recuperação no período, depois de uma queda em 2003, ano em que a inflação pulou de patamar (9,3% no ano). A combinação da expressiva elevação dos níveis de ocupação nos mercados metropolitanos com a recuperação do rendimento e do salário médio resultou na forte expansão da massa de rendimentos e da massa salarial³ entre 2003 e 2009. Pelos dados da Rais, a massa salarial cresceu 23 bilhões de reais entre 1997 e 2008.

³ Massa de rendimentos é a multiplicação do rendimento médio dos ocupados pelo total de ocupados. Massa salarial é a multiplicação do salário médio pelo total de assalariados, com e sem carteira.

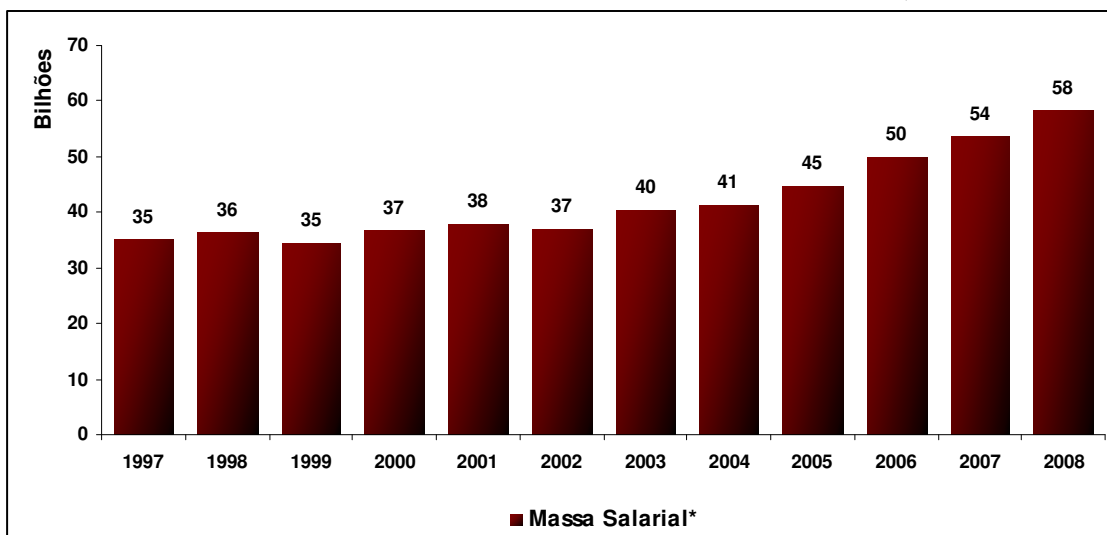
Gráfico 4
Ocupação, rendimento médio real e massa de rendimento real
Regiões metropolitanas - 1999 – 2009



Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Gráfico 5
Evolução da Massa Salarial
Brasil - 1997 – 2008

(Em R\$ de Junho/09)



Fonte: MTE/Rais

3. Crescimento e políticas públicas

O crescimento econômico recente não foi obra do acaso. Embora um ciclo longo de expansão da economia e do comércio mundiais tenha beneficiado a economia brasileira, as opções de política econômica e social impulsionaram o mercado interno com reflexos sobre os níveis de consumo e de investimento.

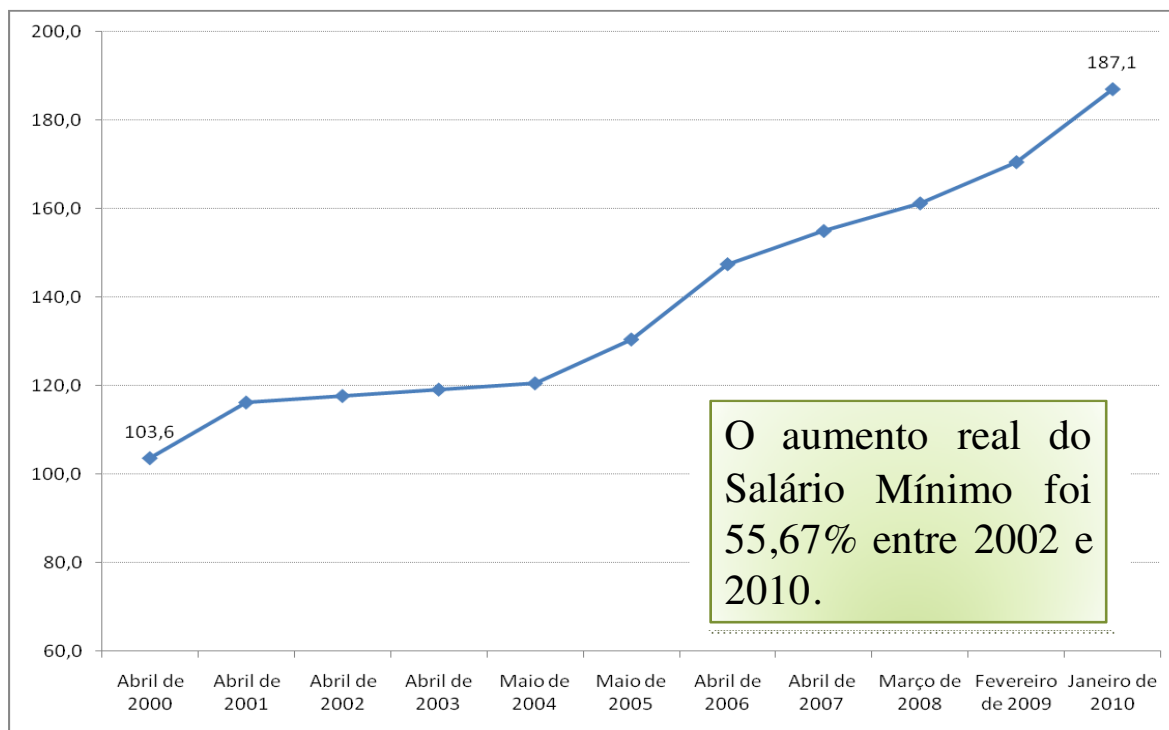
A política de valorização do salário mínimo

Nos últimos anos, especialmente a partir de 2005, o Governo Federal, o Congresso Nacional e as centrais sindicais brasileiras negociaram uma política de valorização do salário mínimo. A política negociada previa, para o período entre 2008 e 2011, reajustes pela inflação acumulada desde o reajuste anterior e aumentos pela variação do PIB do ano anterior ao último. Além disso, o mês de reajuste do salário mínimo passou a ser antecipado a cada ano civil, até ser fixado em janeiro de cada ano a partir de 2010.

Como fruto da negociação com as centrais, o Governo Federal estabeleceu o processo de valorização do mínimo como instrumento de política socioeconômica.

Gráfico 6
Evolução do Salário Mínimo real - INPC-IBGE
Brasil - 2000 a 2010

(maio/95 = 100)



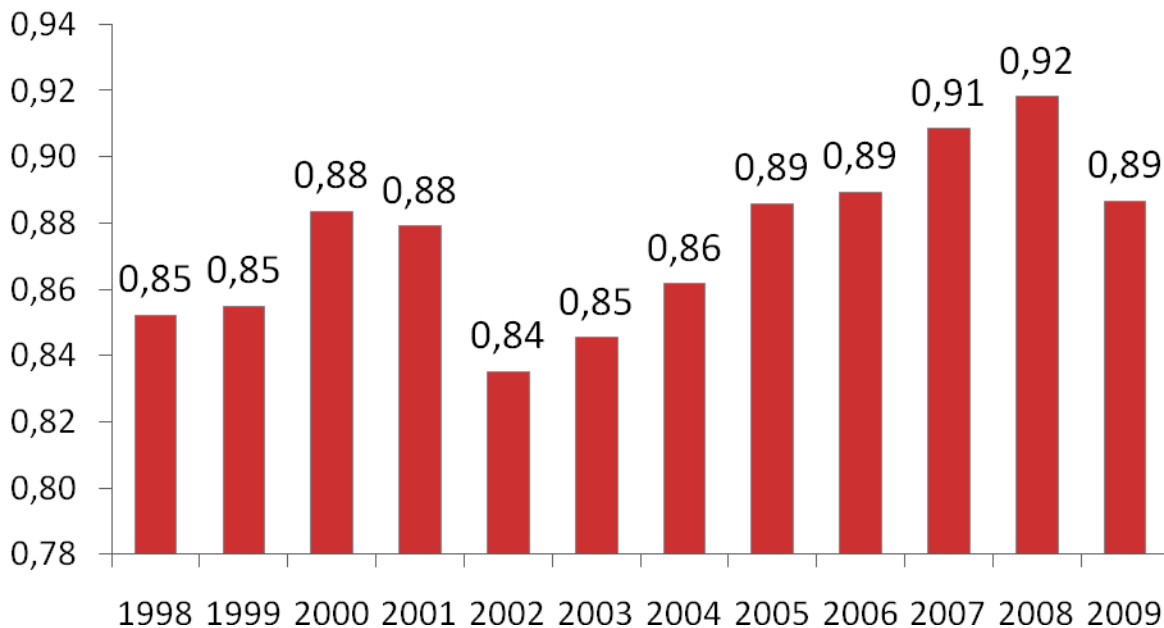
Fonte: DIEESE

Desde os anos 1970, há intenso debate sobre os efeitos de uma política de elevação do poder aquisitivo do salário mínimo. Seus críticos advogavam que os principais efeitos seriam aumento do desemprego e da informalidade. Como foi dito anteriormente, as informações sobre o mercado de trabalho no período recente desmentem aquelas visões. Não só a formalização aumentou como o desemprego caiu.

A elevação do poder aquisitivo do salário mínimo tem contribuído para aumentar o piso salarial de diversas categorias profissionais, em particular daquelas empregadas nos setores que pagam os menores salários e nas regiões menos desenvolvidas. É de se supor que o efeito sobre o desenvolvimento local também impulse o crescimento econômico naqueles espaços.

Outro efeito positivo da política de valorização do salário mínimo é diminuição da relação entre o salário médio dos admitidos e desligados (Gráfico 7).

Gráfico 7
Evolução da relação entre salário médio de admitidos e desligados
Brasil – 1998 a 2009



Fonte: MTE, Caged
Elaboração: DIEESE

Uma das características negativas do mercado de trabalho no Brasil é a intensa movimentação da força de trabalho entre desligamentos e admissões. Em 2009, foram mais de 14 milhões de desligamentos por iniciativa dos empregadores e dos próprios trabalhadores.

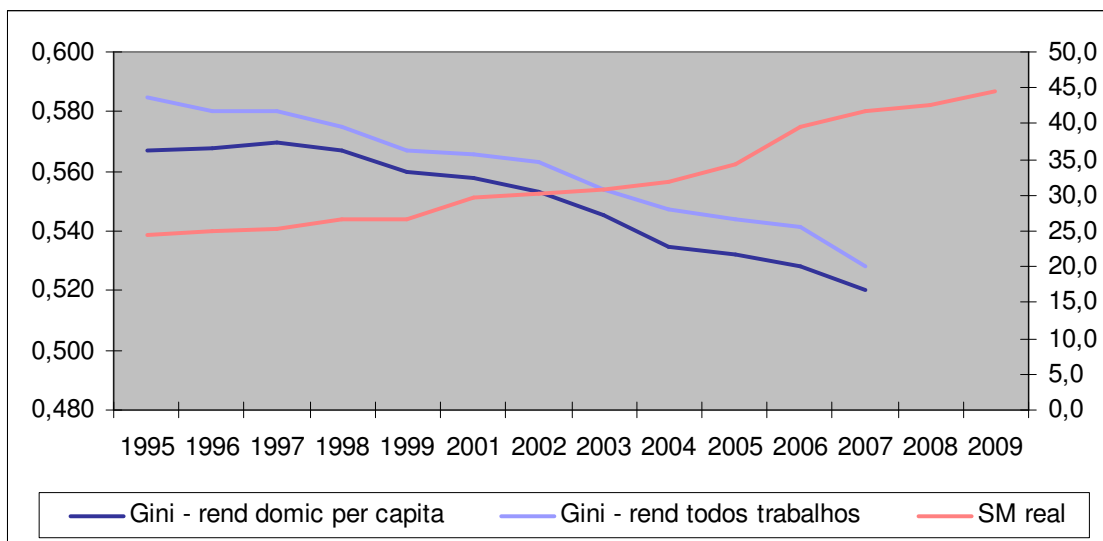
Essa rotatividade busca, quando a iniciativa é do empregador, rebaixar os níveis salariais e os custos do trabalho. A política de elevação do salário mínimo reduz os graus de liberdade para essa prática. Com exceção do ano de 2009, após forte desaceleração do PIB, nota-se que a relação entre o salário médio dos trabalhadores admitidos e dos desligados vem crescendo desde

2002, diminuindo o espaço para rebaixamento dos salários de admissão, tornando cada vez mais ineficiente a prática da rotatividade pelos empregadores.

Evolução do Mercado de Trabalho, Concentração de Renda e Pobreza

Como resultado desses movimentos de expansão da ocupação, de elevação - ainda que discreta - do rendimento médio, de aumento do salário mínimo e de queda do desemprego, houve importante redução da desigualdade de renda nos últimos anos medida pelo coeficiente de Gini. O Gráfico 8 correlaciona a queda da concentração da renda com o aumento do salário.

Gráfico 8
Evolução do salário mínimo real e do coeficiente de Gini das distribuições de rendimentos de todos os trabalhos e da renda domiciliar per capita Brasil – 1995 a 2009



Fonte: PNAD-IBGE; DIEESE.

OBS.: Em ano de Censo Demográfico, como em 2000, a PNAD não vai a campo. No sítio do IBGE na internet, os dados dos índices de Gini estavam disponíveis apenas até 2007⁴.

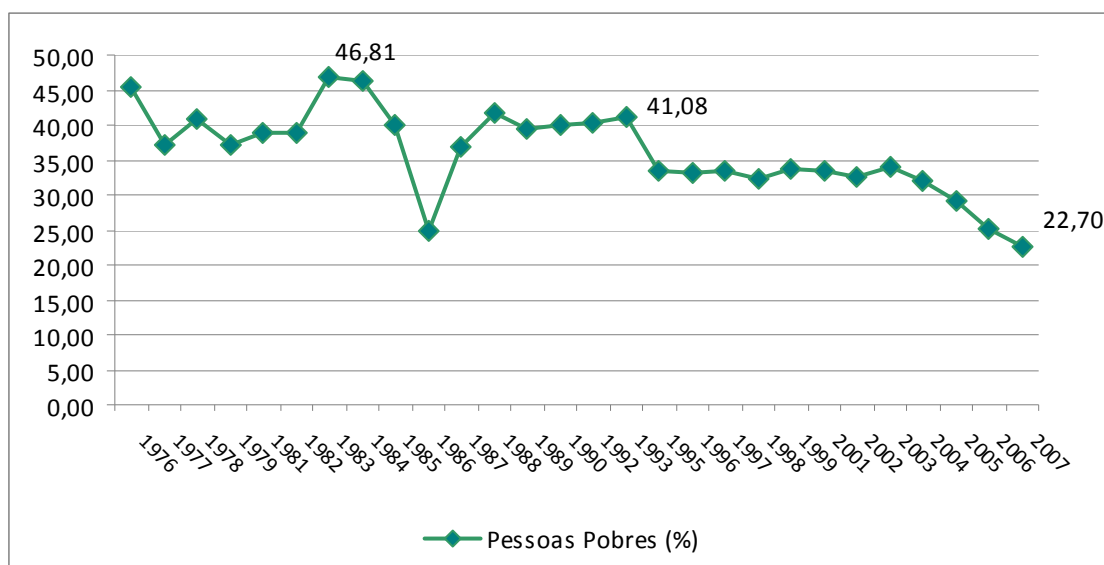
⁴ Os dados dos Índices de Gini foram retirados de

http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/exibedados.php?idnivel=BR&idserie=FDT809 e

http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/exibedados.php?idnivel=BR&idserie=FED103, acessados em 4 de

Tudo indica que esse cenário favorável no período recente tem permitido enfrentar problemas estruturais do mercado de trabalho no Brasil. Um deles é a pobreza. A combinação de fatores apresentada tem contribuído significativamente para a redução do número de pobres (Gráfico 9). Mais trabalhadores empregados com carteira assinada; menos desempregados; crescimento do rendimento médio e elevação do poder aquisitivo do salário mínimo, todos convergindo na mesma direção, certamente contribuem para explicar a velocidade da redução deste indicador desde 2003 no Brasil.

Gráfico 9
Número de Pessoas Pobres
Brasil – 1976 a 2007



Fonte: IPEA.Ipeadata
 Elaboração: DIEESE

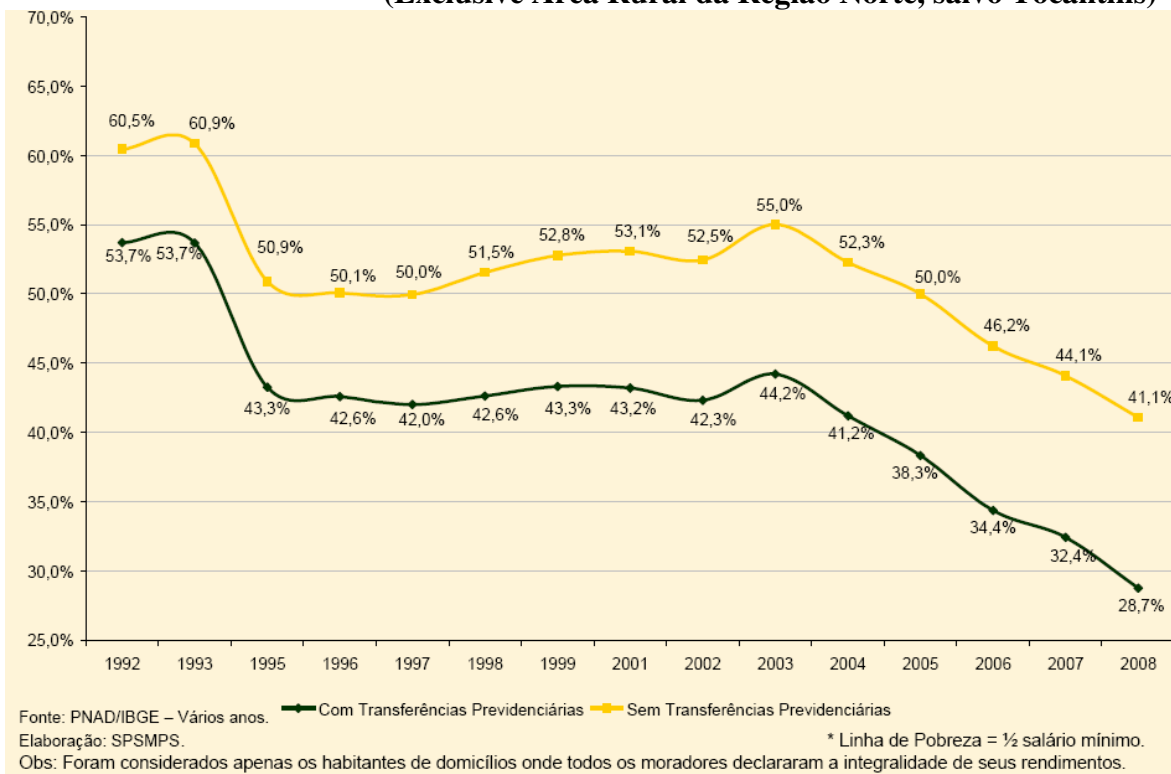
A política de valorização do salário mínimo e o programa Bolsa Família ampliaram o poder aquisitivo das populações mais vulneráveis, permitindo

janeiro de 2010. O Coeficiente de Gini varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1 estiver o indicador, mais desigual é a distribuição.

aumentar a renda de milhões de pessoas. A expansão do consumo desses segmentos da população espalhou o crescimento, levando maior desenvolvimento às regiões menos desenvolvidas. O efeito do salário mínimo e do programa Bolsa Família nos menores municípios modificou a dinâmica da atividade econômica local. Impulsionou o comércio, os serviços e os pequenos negócios locais, retendo os benefícios da expansão da renda na própria região.

É possível avaliar o efeito da elevação do salário mínimo sobre os níveis de pobreza (Gráfico 10). Embora a tendência geral de queda da pobreza esteja clara a partir de 2003, o impacto do salário mínimo como piso dos benefícios previdenciários impulsionou aquela queda.

Gráfico 10
Percentual de Pobres no Brasil, com e sem Transferências Previdenciárias
Brasil - 1992 a 2008 – (SM a Preços de Set/08) *
(Exclusive Área Rural da Região Norte, salvo Tocantins)



Considerações Finais

Os resultados positivos do mercado de trabalho devido ao crescimento da economia se expressam, principalmente, pela redução do desemprego e elevação da renda, promovendo a inclusão por meio do trabalho e melhoras no padrão de vida dos brasileiros.

No entanto, há ainda alguns desafios que a sociedade brasileira precisa enfrentar, entre eles, as questões da concentração de renda e de superação da pobreza. Nos dois casos, os principais indicadores recentes mostraram melhoras, como foi apresentado neste texto, embora ainda apresentem valores preocupantes.

A redução dos níveis de pobreza está diretamente vinculada às políticas sociais (principalmente o programa Bolsa Família e os benefícios de prestação continuada) e ao aumento do salário mínimo, que têm permitido elevar os níveis de renda das famílias mais pobres. Indiretamente, o crescimento econômico também influi nessa melhora pela criação de oportunidades nas diversas regiões. As informações sobre desenvolvimento regional confirmam que as taxas de crescimento econômico das regiões menos desenvolvidas superam as taxas das regiões mais ricas.

A desigualdade de renda apresenta uma melhora mais discreta que a diminuição da pobreza. Todavia, também ela reflete as maiores taxas de crescimento nas faixas com menor rendimento, em comparação com os segmentos de renda superior. Também este comportamento pode ser explicado pelas opções de política social em curso. Vale registrar que os indicadores de distribuição de renda não refletem toda a desigualdade da renda dos brasileiros, já que consideram apenas os rendimentos do trabalho captados nas pesquisas domiciliares. Ignoram, portanto, os rendimentos de outras fontes

(aplicações financeiras, aluguéis, lucros) que certamente apontam para uma desigualdade ainda maior.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro Geral de Emprego e Desemprego - CAGED**. Bases Estatísticas, jan./2007 a dez./ 2007. Brasília: Datamec, 2008. CD-ROM

_____. **Relação Anual de Informações Sociais - RAIS**. Bases estatísticas. Brasília: Datamec, 1997-2006. CD-ROM

CENTRAIS SINDICAIS. **Agenda dos trabalhadores pelo desenvolvimento**. São Paulo: DIEESE, 2007. (Jornada pelo desenvolvimento com distribuição de renda e valorização do trabalho).

DIEESE. **Relações e condições de trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2007.

_____. **Sistema de acompanhamento de salários**. São Paulo: DIEESE, 2008.

_____. **Anuário dos trabalhadores**. São Paulo, 2008. Disponível em:

<http://www.dieese.org.br/anu/anuario2008.pdf>.

DIEESE; SEADE; MTE; FAT; Convênios Regionais. **Pesquisa de emprego e desemprego**. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 2010

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2010.

IPEA. Ipeadata, Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: abr. 2010.

MTE. **Ministério do trabalho e emprego**. Disponível em: <[http:// www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)>. Acesso em: 2010.